

LIMA ARAUJO Yasmin
39011118
M1 M2I Inglês-Português
Universidade de Paris-Nanterre
2023

A cultura brasileira no Benim



- Yasmin Lima Araújo
- A cultura brasileira no Benim
- Dissertação de mestrado
- Universidade de Paris-Nanterre UFR LCE-Langues étrangères appliquées
- Orientado por Ingrid Bueno-Peruchi
- Nanterre
- 2023

Sumário

| | |
|---|-----------|
| I Introdução | 4 |
| II A origem dos Agudás | 7 |
| A. Contexto colonial | 7 |
| B. Agudá, a comunidade nova | 18 |
| III A comunidade Agudá de hoje e sua relação com o Brasil..... | 26 |
| A. Herança brasileira no Benim | 26 |
| B. Status atual da comunidade | 32 |
| C. Os Agudás e o Brasil | 36 |
| IV Conclusão..... | 40 |
| V Bibliografia: | 44 |

I Introdução

De acordo com o Censo de 1872 feito pelas paróquias católicas do Brasil, foi indicado que dos 10 milhões de habitantes brasileiros da época, 15% deles eram escravos (1,5 milhões).

Por conta da chegada da revolução industrial, muitos países (principalmente os países europeus) começaram a abolir a escravidão em suas terras e suas colônias à partir de 1872. De acordo com os intelectuais da época, a escravidão tinha se tornado uma prática colonial ultrapassada, que era muito menos lucrativa que as que estavam se desenvolvendo na época.

Já no Brasil, a proclamação do fim da escravidão só aconteceu no final do século XIX, no dia 13 de maio de 1888 após uma série de movimentos de resistência e de revoltas organizadas por diferentes classes sociais brasileiras como os intelectuais, as classes populares, os escravos, etc.

Diante desses diversos atos de revolta, a regente imperial, Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, foi pressionada a assinar a Lei Áurea de 1888 que declarou a abolição e a proibição da escravidão. Este ato foi umas das ações que conduziram o Brasil à se proclamar no dia 15 de novembro de 1889 uma república independente. Isso marcou o fim do Império Brasileiro e da presença da monarquia portuguesa no Brasil..

Após a Lei Áurea, os escravos foram libertados e se tornaram livres de escolher ficar perto dos lugares onde eles foram escravizados, de se mudarem para outros cantos do Brasil, ou como os Agudás, de voltarem para suas terras de origem, no continente Africano.

O termo de Agudá, vem da palavra “ajuda” em português e faz referência ao grupo de antigo escravos do Brasil, de mercadores de escravos e de nativos associados, que se instalaram no Benin, Nigéria, Ghana e outros países da costa africana para se juntarem à comunidade de afro-brasileiros que possuíam conhecimentos, técnicas, tradições e crenças influenciadas pela colonização portuguesa.

Esta dissertação se concentrará na comunidade Agudá do Benin que contém até hoje traços muito presentes da cultura e da identidade brasileira em suas tradições e até mesmo em seus nomes. Ela terá por objetivo de descrever quem foram os Retornados Agudás, que herança eles deixaram e que relação o Brasil possui com esta comunidade nos tempos atuais.

Para começar, nós veremos em que contexto periódico e social os Agudás surgiram, como se passou a volta deles à terra de seus ancestrais e de que maneira eles conseguiram se integrar à uma sociedade nova.

Veremos também como eles usaram seus aprendizados da vida no Brasil para começar uma vida nova no Benim, e quais obstáculos eles tiveram de afrentar.

Em um segundo tempo, veremos como está a comunidade Agudá hoje, o que eles guardaram da cultura brasileira. O que isso representa para eles. Mas também quais são seus status na sociedade do Benim e que relação a comunidade tem com o Brasil atualmente.

Após esta parte será feito um breve resumo e a conclusão do sujeito desta dissertação, mas também a arbetura deste sujeito à um outro tópico.

II A origem dos Agudás

A. Contexto colonial

A descoberta do território que seria um dia o território brasileiro aconteceu no dia 22 de abril de 1500 pelo navegador português Pedro Álvares Cabral, que tinha partido de Portugal em uma expedição com destino à Índia. Porém, foi somente em 1530 que o reino português começou a colonização das terras brasileiras após o declínio do comércio de temperos da Índia e o início das ameaças do reino francês de invadir e colonizar os territórios do sul (Neves).

Escravidão indígena:

Durante as primeiras décadas de colonização, os portugueses usaram o povo indígena como mão de obra escrava para cultivar canas e produzir o açúcar. De acordo com Garaeis, o termo de escravidão se define como um:

“sistema de trabalho no qual o indivíduo (o escravo) é propriedade de outro, podendo ser vendido, emprestado, alugado, hipotecado, confiscado. Legalmente, o escravo não tem direitos: não pode possuir ou doar bens e nem iniciar processos judiciais, mas pode ser castigado e punido” (Garaeis, 2012).

Os mercadores de escravos capturavam índios que encontravam nas florestas ou aproveitavam dos conflitos entre tribos para negociar com uma determinada tribo e pegar os índios da tribo rival que a determinada tribo teria conseguido capturar:

“Comerciantes organizavam expedições de captura indígena [...]. Era muito comum a guerra entre tribos indígenas. Os portugueses aproveitaram esta rivalidade, faziam alianças com determinadas tribos e, em troca de apoio militar, recebiam índios adversários capturados como recompensa” (Machado Ramos, 2020).

Porém essa prática foi de curto tempo. De acordo com Machado Ramos, os índios recusavam de trabalhar de força mesmo se isso resultasse punições físicas. Alguns não resistiam às condições do trabalho forçado, muitos tentavam e até conseguiam fugir dos portugueses se escondendo na floresta.

Muitos índios morriam das doenças trazidas pelos portugueses, e acima disso os jesuítas que vieram junto com os navegadores para catequizarem eles eram contra a escravidão da população indígena.

A escravidão dos índios deixou de ser feita, para maioria, no final do século XVI após que o reino português percebeu que a escravidão da população indígena era muito complicada e que o reino tinha conseguido reunir o suficiente em meios para começar a escravidão da população negra africana: *“Á partir do final do século XVI houve uma forte redução da escravidão indígena. Isso ocorreu, principalmente, em função das dificuldades apontadas acima e também do aumento da escravidão negra africana”* (Machado Ramos, 2020).

Escravidão negra:

A escravidão negra africana começou no Brasil na metade do século XVI quando os colonizadores portugueses capturavam pessoas dos países presentes na Costa Oeste africana. Eles se dirigiam à países como o Benim, Nigéria, Togo e etc. Muitas vezes os portugueses faziam acordos com dirigentes das regiões africanas em troca de escravos. Neste período da colonização, havia muitas guerras entre tribos nativas do Benim (antigamente chamado Daomé). Em trocas dos escravos, o Rei d'Abomey¹ pedia que os portugueses fornecessem

¹ Abomey, antigamente uma região no sul do Benim e atualmente uma cidade à 145km da capital de Cotonou, Benim.

armas, tecidos tafetá, bebidas alcólicas como o gin, tabaco e mais outros produtos. Quando os chefes de tribo recusavam de dar escravos, os colonizadores ameaçavam de matar o rei ou até de sequestrar ou matar membros de sua família.

Assim que os escravos eram capturados, os colonizadores começavam um processo de seleção e de preparação dos escravos no porto de Ouidah para os enviarem ao outro lado do oceano atlântico.

O objetivo deste processo de seleção e de preparação era de escolher os homens e mulheres mais fortes a fim de saber se eles podiam resistir às condições de viagem e saber se eles poderiam exercer o trabalho árduo das plantações, fazendas, campos, etc.



Figura 1: Praça Chacha ou « Place des Enchères » em Ouidah, Benim. Fonte: Bénin Morija, facebook.

Assim que os mais fortes eram selecionados, eles eram levados à praça Chacha (ou “Place des Enchères”), onde eles eram leiloados à comerciantes de escravos

portugueses, franceses, britânicos e dinamarqueses. Após serem comprados e marcados a ferro, os homens tinham que dar nove voltas em torno da árvore do esquecimento e as mulheres sete voltas, a fim que eles deixassem para trás todas as suas memórias e identidade. Depois, eles tinham que dar três voltas em torno da “árvore do retorno” para que eles pudessem voltar à sua terra natal após sua morte².

Na espera da chegada dos barcos, os escravos eram presos na escuridão de pequenas cabanas chamadas “**Case de Zomai**” a fim que eles se acostumassem às condições da viagem e para que eles não fugissem.

No dia da viagem, os comerciantes embarcavam os escravos que tinham mais resistido às condições das cabanas e que tinham mais chances de sobreviver a viagem. Os escravos que não tinham resistido muito bem às condições eram executados.

² Rituais religiosos de Vodou eram praticados a fim de acalmar e guiar a alma dos escravos até as terras do Benim.



Figura 2: Porte du Non-retour no final da “Route de l’Esclave” em Ouidah, Benim. Fonte: Destination Afrique³.

³ Um memorial (“La porte du Non-retour”) foi construído pela UNESCO na praia de Ouidah em 1995 em memória dos milhões de homens e mulheres que foram escravizados. A porta está no final da “Route de l’Esclave” (= Caminho do escravo) que é por onde os escravos passavam antes de embarcar nos navios



Figura 3: Cartographie de la Route de l'esclave de Ouidah, ainsi que de différents espaces culturels et touristiques (DAO R. Goussanou).

Os barcos que transportavam para o Brasil podiam acolher até 500 escravos que enfrentavam durante aproximadamente 50 dias condições desumanas. Eles ficavam todos juntos nos porões dos barcos e eram alimentados somente uma vez por dia. Por estarem todos próximos um dos outros, havia proliferação de doenças como o escorbuto que era causado pela falta de vitamina C na alimentação, a varíola, febre amarela, sarampo e etc. Por conta dessas condições, muitos homens e mulheres acabavam morrendo durante a viagem;

“No período de viagem, os escravos encontravam condições totalmente desumanas e que eram responsáveis pela morte de uma quantidade expressiva dos embarcados. Muitos alimentavam-se apenas uma vez por dia e quase não recebiam água potável. Eram aglomerados em porões, com uma quantidade elevada de pessoas, o que tornava, muitas vezes, difícil respirar e facilitava a transmissão de doenças. Uma das doenças que mais atingiam os escravos nos navios negreiros era o escorbuto, causado por uma dieta pobre em vitamina C. [...] Varíola, sarampo, febre amarela, doenças gastrointestinais etc.” (Neves).

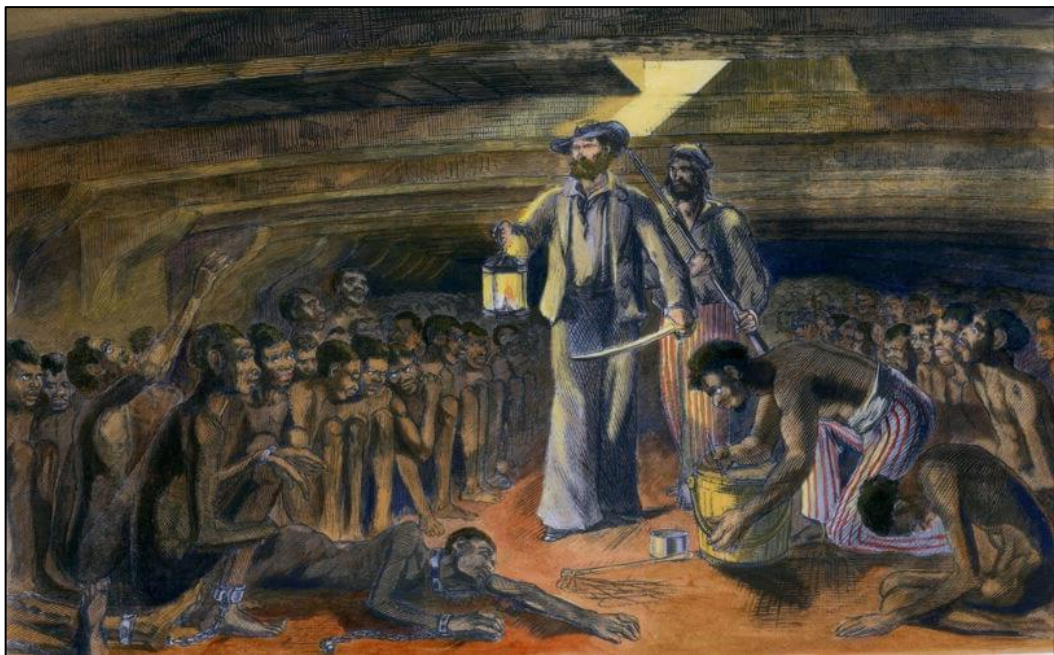


Figura 4: Navio negreiro transportando escravos. Fonte: Daniel Neves SILVA

Os navios se dirigiam para vários cantos do Brasil como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, onde eles eram novamente vendidos e encaminhados para casas e fazendas a fim de trabalharem como servidores ou como mão de obra em construções, plantações, etc. *“Existiam escravos que trabalhavam no campo, nas residências e nas cidades”* (Neves).

Após sua instalação, eles eram obrigado à aprender a falar o português, a praticar a religião católica e conhecer os costumes e tradições européias.

A população escrava negra teve um papel muito importante nos ciclos econômicos da história do Brasil. De fato, os escravos africanos serviram de mão de obra no desenvolvimento dos ciclos de cana-de-açúcar, de ouro, do algodão e do café, mas também do crescimento e florescimento da economia brasileira:

“Isso só foi possível pela grande lavoura, pela escravidão. Logo em seguida, surgem outras formas de produção de commodities, como por exemplo o algodão, o café e o tabaco, que se tornam uma febre na Europa e em todo o mundo [...] todos os ciclos econômicos foram construídos com mão de obra cativa” (Barella, 2022).

Porém, o trabalho forçado causava a exaustão dos escravos assim que, em função do seu tipo de trabalho, danos ao seus corpos, sem contar as violências e punições que eles sofriam por causa de seus senhores e feitores:

“O trabalho dos africanos, concentrado na economia açucareira, era duríssimo e pautado na violência. A jornada de trabalho poderia estender-se por até 20 horas de trabalho diário, [...]. Nas moendas, era comum que os escravos perdessem suas mãos ou braços, e nas fornalhas e caldeiras, eram comuns as queimaduras. [...] “A violência era algo rotineiro na vida dos escravos, e o tratamento violento dedicado a eles tinha o intuito de incutir-lhes temor de seus senhores” (Neves).

Muitas vezes os escravos tentavam fugir mas eram capturados e punidos ou até executados. Porém, houve casos em que alguns conseguiam fugir e a se revoltar contra seus senhores para formarem quilombos *“A história da escravização africana no Brasil ficou marcada por diferentes formas de resistência que incluíam a desobediência, as fugas individuais e coletivas, as revoltas, a formação de quilombos”* (Neves).

Fim da escravidão no Brasil:

Casos de resistências e revoltas como a Revolta dos Malês que aconteceu no dia 25 de janeiro de 1835 em Salvador tiveram influencia no processo de abolição da escravidão. A palavra Malê tem origem da palavra “imalê” em Yobá que significa “muçulmano”.

Na noite do Ramadã do 24 ao 25, homens e mulheres escravos se revoltaram contra as violências e discriminações raciais que eles sofriam, mas também contra o ódio e assassinatos de escravos, torturas e a proibição da prática da religião muçulmana e outras religiões africanas.

“As razões das diversas revoltas antiescravistas ocorridas na Bahia do século XIX, foram a insatisfação com a escravidão, o regime de humilhação, torturas e assassinatos e a discriminação racial praticada contra eles, o ódio e a intolerância religiosa praticada pela Igreja Católica contra africanos de várias tradições religiosas, que os forçava a se converter ao catolicismo” (Tenório, 2023).

A Revolta dos Malês teve uma grande influência no movimento abolicionista e de antiescravidão que estava ocorrendo no Brasil desde a Inconfidência Mineira em 1788 e a Conjuração Bahiana em 1798 que tinham por objetivo de tornar o Brasil uma República independente e de pôr fim a escravidão.

Com a declaração de separação do Brasil com o reino de Portugal, o Brasil virou um império independente governado por Dom Pedro I em 1822.

Porém, com a chegada da era de Industrialização, a mão de obra escrava perdeu em valor e em reconhecimento. Com origem no Reino-Unido e inspirada pelo liberalismo, a industrialização tinha por base o trabalho pago, o comércio livre e o padrão-ouro (expansão monetária);

“Foi somente nos anos 1820 que ele (o liberalismo econômico) passou a representar os três dogmas clássicos: o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação do dinheiro deveria juntar-se a um mecanismo automático e os bens deveriam ser livres para fluir de país a país, sem empecilhos ou privilégios. Em resumo, um mercado de trabalho, o padrão-ouro e o livre-comércio. Em 1845, o Parlamento inglês aprova uma norma declarando lícita a apreensão de qualquer embarcação que traficasse africanos em qualquer lugar do mundo. A ação é fulminante. A potência europeia se arroga ao direito de realizar apreensões mesmo em águas brasileiras. A carga é tamanha, que o Brasil cede em 1850. O tráfico é abolido” (Maringoni, 2012).

Cosequentemente, o comércio triangular reduziu significativamente no Brasil até ele ser proibido pela Lei Eusébio de Queirós em 1850. Após isso, a escravidão no Brasil foi abolida progressivamente de 1871 à 1888 através da Lei do Ventre Livre (1871), da Lei dos Sexagenários (1885) e da Lei Áurea de 1888 que aboliu definitivamente a escravidão no Brasil. O fim da escravidão aprovado pelo Senado foi o resultado de diversas revoltas, resistências e protestos feito pelos escravos e grupos de antiescravidão. Durante os 300 anos de escravidão, 4,9 milhões de africanos foram deportados ao Brasil e fez da República Brasileira um dos últimos países a abolir a escravidão;

“O Brasil acabou sendo o último país das Américas a abolir a escravidão, e isso aconteceu por meio da Lei Áurea, que foi aprovada pelo Senado e assinada pela regente do Brasil, a princesa Isabel. O fim da escravidão no país, no entanto, não foi um ato de benevolência da monarquia, mas sim resultado da pressão e do engajamento da população brasileira” (Neves).

Volta ao continente africano:

Após a promulgação da Lei Áurea, levou um certo tempo para que a notícia chegasse em todos os cantos do Brasil. Ao contrário dos Estados Unidos que estabeleceram um sistema de assistência na inserção dos escravos libertados na sociedade, no Brasil não houve nenhuma ação para ajudar os “libertados” na sociedade sendo que muitos eram analfabetos. Após a lei, eles ficaram sem abrigo e sem nenhuma indenização. Muitos tiveram que ficar no mesmo lugar onde eles tinham sido escravizados, outros foram morar nas grandes cidades a fim de encontrar um emprego. Porém, os trabalhos que eles encontravam eram subempregos como de empregados domésticos. Alguns, sem escolha, furtavam bens dos ex-senhores:

“Nos Estados Unidos, com o fim da Guerra da Secessão, a vitória do Norte sobre o Sul resultou na libertação total dos escravos, sendo todos amparados por uma lei que possibilitou a assistência e a inserção do negro na sociedade. Aqui no Brasil, os negros ficaram sem acesso à terra e sem qualquer tipo de indenização por tanto tempo de trabalho forçado, geralmente analfabetos, sujeitos a todo tipo de preconceito, levando a muitos dos recém-libertos a permanecerem nas fazendas em que trabalhavam, vendendo seu trabalho em troca da sobrevivência. Porém, aos negros que foram para as cidades só restaram os subempregos, a economia autônoma e o artesanato. Isso aumentou grandemente o número de ambulantes, empregadas domésticas, quitandeiras sem qualquer tipo de assistência e garantia” (Carvalho, 2013).

A procura de uma melhor vida, uma outra categoria de “libertados” decidiu voltar (alguns foram forçados) para as terras de seus ancestrais. Eles compraram seus próprios bilhetes de embarcação e partiram com suas famílias e bens em direção de países na costa da África como a Libéria, Nigéria, Camarões, Togo, Gana e principalmente no Benim. Ao chegar nesses países eles deixaram de ser chamados de “libertados” e passarão a ser denominados de “Retornados agudás”.

B. Agudá, a comunidade nova

O termo “agudá” vem da palavra *ajuda* em português que é usado hoje para se referir ao grupo de pessoas que partiram do Brasil para se instalar na costa africana durante o século XVIII ao século XIX. (Guran, 2010: 41). Porém, esse termo não se refere somente à categoria de afro-brasileiros que deixaram o Brasil após a abolição da escravidão.

Em primeiro lugar, esta palavra se refere aos comerciantes de escravos de origem portuguesa, holandesa, francesa e brasileira que tinham residência na cidade de Ouidah na costa do Benim, lá aonde o tráfico de escravos e as embarcações com destino a América eram feitos. Ela também se refere aos comerciantes brasileiros e portugueses que ficaram morando no Benim após o fim da escravidão no Brasil. Essa categoria de agudá era considerada como a população branca / europeia da comunidade Agudá do Benim (Almeida e De Athayde, 2019, p63).

Em segundo lugar, “agudá” faz referência à todos escravos libertados do Brasil que se mudaram para o Benim em busca de uma vida melhor.

Após a Revolta dos Malês, os portugueses deportaram os indivíduos que participaram deste movimento de protesto. A maioria dos deportados eram escravos muçulmanos considerados como perigosos por conta de eles saberem ler e escrever árabe:

“[...] os negros muçulmanos que sabiam ler e escrever em língua árabe. Eram denominados “professores”, devido sua capacidade superior e sua cultura, comparadas com as dos colonizadores portugueses” (Tenório, 2023), mas também por eles se recusarem à se

converter à religião católica: “[...] os africanos viviam à margem da lei, pois a Constituição brasileira de 1824 estabelecia o catolicismo como religião do Estado, a única permitida a celebrar cerimônias públicas, construir e manter templos, enquanto as religiões africanas eram perseguidas e tratadas como caso de polícia...” (Tenório, 2023).

Eles deportavam todos os escravos que tinham costumes culturais diferentes e que falassem outras línguas.

A terceira categoria de Agudás, os Assimilados, faz referência aos nativos do Benim que se uniam a comunidade Agudá através do casamento com um ou uma Agudá. Mas também aos nativos que trabalharam para as famílias Agudás como servos a fim de poder usar o sobrenome Agudá e pertencer à uma classe mais sucedida.

O que os distinguiu dos beninenses nativos ?

Ao chegarem no Benim, os escravos emancipados eram rejeitados pela população nativa devido ao fato deles possuírem hábitos de “brancos”, como a língua que eles falavam, seus sobrenomes portugueses, a maneira em que eles se vestiam (terno e gravata), a maneira em que eles se alimentavam (de garfo e faca), suas religiões (católica ou muçulmana) e etc. Desta forma, os Retornados Agudás se aliavam e frequentavam somente a população branca, que havia participado no passado ou que ainda na época exercia um papel importante no tráfico de escravos. De fato, ao chegarem no território Beninês, os libertados foram acolhidos pelos comerciantes para trabalhar para eles e desenvolver seus assuntos comerciais na região. Os Retornados cooperavam com os mercadores a fim de serem aceitos na sociedade e de obterem terras para criar seus negócios. Os antigos traficantes de escravos tinham visto neles uma população

semelhante à população nativa (muitos ainda falavam algumas das línguas nativas como Yoruba, Fon ou Mina). Porém, ela era pela maioria, uma população alfabetizada com conhecimentos desenvolvidos e com técnica; eram conhecimentos europeus. Eles passaram então à serem usados como uma ponte entre a população branca composta de ex-trafficantes de escravos com a população nativa do Benim. Por muitos anos eles serviram de intérpretes para estes dois grupos, mas também para administração francesa que se estabeleceu no Benim no final do século XIX. Essa união, de um ponto de vista exterior, é vista meio como controversa, porém ela era um verdadeiro orgulho para os antigos escravos que ao se integrarem na sociedade ganharam (alguns) um outro status social, que era o de ser donos de escravos:

“Ces derniers les ont bien accueillis et les ont employés pour développer leurs affaires commerciales. La réunion de ces deux groupes – l’un composé par les commerçants et les négriers brésiliens ou portugais et l’autre par les anciens esclaves de retour – a donné le profil de la communauté Agouda telle qu’on peut la voir actuellement. On y retrouve à la fois la fierté des maîtres d’esclaves, statut social que les anciens esclaves pour la plupart ont acquis eux aussi dès leur retour en Afrique, et des habitudes d’esclaves acquises au Brésil” (Guran, 2010 : 35).

De acordo com o que os Retornados tinham aprendido no Brasil, eles começaram a abrir seus próprios negócios em função dos seus conhecimentos. Por exemplo, os que tinham sido carpinteiro no Brasil montaram um negócio de carpintaria, os alfaiates abriram uma loja de costura e os que tinham sido agricultores faziam agricultura. O que diferenciava os Retornados Agudás dos nativos do Benim eram também sua alimentação e estilo de casa; De fato, a alimentação dos Agudás era composta de pratos tradicionais brasileiros que eles aprenderam no Brasil e que continuaram a preparar, como a feijoada, pratos

cozidos, cocada e farofa (conhecida hoje como gari no Benim). Mas também frutas e legumes que eles trouxeram do Brasil como a mandioca e a goiaba:

“Ils retournaient en Afrique 'brésiliennisés', 'bahianisés', 'portugalisés' dans leurs diverses habitudes, goûts, coutumes et même jusque dans leurs vices. Ils apportèrent en Afrique leur goût pour la farine de manioc, pour les douceurs du goyave, pour les nourritures brésiliennes, pour les habitudes brésiliennes” (Verger, 1968 : 600).

Suas casas eram constuídas no estilo colonial afro-brasileiro com longos corredores, composta de dois andares, cercada por um muro e um imenso portão. Eles tinham móveis de estilo português como camas, mesas, caderas e etc.



Figura 5: casa de arquitetura afro-brasileira. Fonte: Alain Foka



Figura 6: interior de casa estilo afro-brasileiro. Fonte: Alain Foka

Todos os membros da comunidade Agudá moravam no mesmo bairro que os comerciantes de escravos; bairros chamados pelos nativos de *“là où le feu n’y va pas”* o que significa “para onde o fogo não vai” devido ao fato de que as casas eram todas construídas de tijolos.

Em pouco tempo, os Retornados conseguiram se inserir na sociedade do Benim.

Eles construíram em primeiro lugar igrejas, uma capela inspirada de uma igreja na Bahia a fim de poder celebrar as missas mas também eventos católicos como batismos e festas do Nosso Senhor do Bonfim e da Epifania (antigamente Carnaval). Já para os Agudás de religião muçulmana, não foi necessário para eles de introduzirem o Islã pois já era uma religião praticada pelos nativos Yoruba da Nigéria em 1776. Mesmo tendo religiões diferentes, não houve conflitos entre os Retornados de confissão católica e muçulmana. De fato, houve somente conflitos entre os Retornados muçulmanos e os nativos muçulmanos que não aceitavam os Retornados devido ao fato que eles não conheciam muito as escritas do Alcorão: *“Malgré le fait que les musulmans de Porto-Novo ne prenaient*

pas toujours au sérieux les nouveaux arrivés qui, selon eux, n'avait qu'une connaissance très limitée du Coran [...]” (Guran, 2010: 114).

Em segundo lugar, eles construíram escolas destinadas somente à educação de meninos e meninas Agudás. Lá, eles aprendiam a ler e escrever o português, mas também recebiam uma educação muito rigorosa de boas maneiras. Era muito importante para os Retornados que seus filhos e filhas tinham uma boa educação para garantir que eles mantenessem o status Agudá de comunidade avançada e assim poder guardar todos os seus privilégios.

O status privilegiado da comunidade e suas riquezas fizeram com que pessoas exteriores queiram fazer parte da comunidade por razões comerciais, políticas ou profissionais. Elas se juntavam à comunidade através do processo de assimilação: um júri composto de Agudás avaliava os candidatos à partir de sua situação financeira e boas maneiras. Por exemplo, se eles comiam queijo, se comiam de garfo e faca, se dormiam em uma cama e etc. Este processo era principalmente aplicado aos homens que desejavam se unir a comunidade a fim de se casar com uma mulher Agudá.

As mulheres Agudás eram muito cobiçadas pelos homens nativos devido ao fato que elas sabiam cozinhar bem, cuidar da casa, e principalmente pelo fato de que ter uma mulher Agudá como esposa era considerado como um sinal de classe alta e de luxo.

Assim, o que diferenciava os Agudás dos nativos eram suas tradições religiosas, seu idioma, seu sobrenome, sua maneira de se vestir e de se comportar, mas também seu status particular e seus conhecimentos em termos de arquitetura, de comércio, de agricultura e etc.

O caso de Dom Francisco Félix de Souza, o primeiro *Chachá*

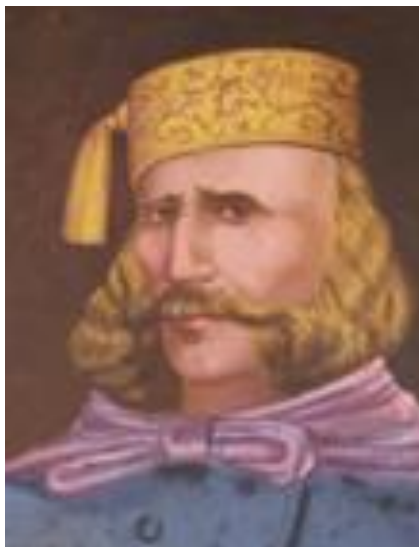


Figura 7: Foto de Dom Francisco F. de Souza I feita pela associação Mewi Honto

Nascido no dia 04 de outubro de 1754 na Bahia, Francisco Félix de Souza era filho de um pai português e de uma mãe indígena. Ele viajou para o Benim em 1788 com o objetivo de participar do comércio de escravos entre o Benim e o Brasil. Após ter se tornado responsável do forte de São João Baptista de Ajuda, ele virou um dos comerciantes mais importantes do antigo Daomé (Benim). Porém seu sucesso não agradou o rei Adandozan que o prendeu por ele não ter pago uma dívida. Após ter feito um pacto com o irmão do rei Adandozan que o ajudou a escapar da cadeia em troca que ele lhe ajudasse a destronar o rei, Dom Francisco Félix de Souza foi proclamado Chachá I (vice-rei) pelo príncipe Gakpé que se tornou Rei Ghézo. Dom Francisco Félix se tornou então o principal, o maior e um dos mais ricos comerciantes de escravos da história do Benim.

“Ancien greffier et plus tard devenu responsable do fort São João Baptista de Ajuda durant plusieurs années, il était déjà un important marchand d’esclaves établi à Aného quand le roi Adandozan le fit emprisonner pour une affaire d’argent [...] Toujours prisonnier, dom

Francisco signa alors un pacte de sang avec le prince Gakpé, jeune frère du roi, qui l'aide à s'enfuir en l'échange de son soutien pour renverser le roi [...] sous le nom de Ghézo et consacra dom Francisco vice-roi de Ouidah, sous le titre de Chachá, détenteur du monopole de la traite des esclaves au royaume du Dahomey” (Guran, 2010 : 48).

Dom Francisco Félix de Souza I foi um dos primeiros Agudás a ter deixado o Brasil em busca de uma vida melhor e de ter conseguido se integrar na classe alta da sociedade do Benim. Ele foi um dos primeiros a ter conseguido lançar seu próprio negócio e a ter um papel importante e indispensável na introdução da cultura brasileira no Benim; pois no final, como explica Milton Guran, ele facilitou o retorno dos escravos libertados no Brasil ao território do Benim. Ele também lhes facilitou a compra de terrenos para a agricultura, e isso graças à seu status reconhecido em todo Daomé e países à sua volta. Mas principalmente, por meio de sua relação privilegiada com o rei Ghézo.

Dom Francisco Félix de Souza faleceu no dia 08 de maio de 1949 em Ouidah, ele foi e é até hoje, lembrado como o comerciante Agudá mais influente da história do Benim. Seu título de Chachá foi transmitido à seus descendentes homens, e eles e sua família foram respeitados por toda a comunidade Agudá por gerações, e isso até hoje.

III A comunidade Agudá de hoje e sua relação com o Brasil

A. Herança brasileira no Benim

Quase 200 anos após o fim da escravidão negra no Brasil e da chegada dos libertados no Benim, como será que a comunidade Agudá está hoje ? Quais aspectos da cultura brasileira os membros desta comunidade ainda possuem e praticam ? E principalmente, o que significa para eles ser Agudá ?

A comunidade hoje

Dozentos anos depois e a comunidade Agudá continua a existir no Benim, assim como em outros países da costa ocidental da África. Os membros da comunidade se espalharam em todos os cantos do Benim, porém eles se encontram em maior quantidade em cidades grandes como Porto-Novo, Cotonou e Ouidah. No século XIX, todos os membros da comunidade moravam em um bairro específico de cada cidade, que era o bairro dos Agudás onde somente eles podiam morar; porém, hoje em dia muitos deles abandonaram esses bairros para morar em outro lugar. As casas das famílias Agudás estão pela maioria abandonadas por conta de elas serem muito difíceis de serem mantidas e de não ter nenhuma lei de preservação do patrimônio histórico. Como as casas eram do estilo colonial com muitos móveis em madeira e construídas com vários materiais inflamáveis, era muito fácil de acontecer incêndios por causa do tempo seco e do sol quente (Foka, 2022, Parte 1[50:53]).

A maneira mais fácil de identificar um Agudá continua sendo através do sobrenome: as três categorias que compõem e definem o termo de Agudá continuam usando o sobrenome de seus ancestrais, ou o sobrenome da família a qual seus ancestrais se assimilaram. Ainda se encontra pessoas com o sobrenome de *da Silva, Rodriguez, Pereira, Santos* e até *de Souza*, os descendentes de Dom Francisco Félix de Souza. Os membros Agudás criaram uma lista com os sobrenomes de todos os membros da comunidade Agudá que estão presente em Ouidah:



Figura 8 & 9: Fonte : Bénin Tourisme et Services (Facebook)

Essa lista é uma maneira para eles de identificar todas famílias da comunidade, demonstrar a história e o patrimônio dessa cultura e identidade afro-brasileira.

Antes de se proclamar República do Daomé em 1960 e de mudar seu nome para República do Benim em 1975, o país esteve durante o período de 1894 e 1960 sob a administração francesa e pertenceu ao governo d'África Ocidental francesa, que tinha por objetivo explorar e ocupar terras da região ocidental do continente Africano durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Durante esse período, a administração francesa desenvolveu a produção agrícola, os meios de comunicação e a escolaridade ao nível primário e secundário. Com o passar dos anos, a população passou a falar principalmente o francês pois era a língua usada nas escolas. O que fez que hoje, a comunidade Agudá não tem mais o português como língua materna e nem sabe mais falar também. O português hoje em dia é somente usado pelos Agudás como uma maneira para cumprimentar alguém. Então é bem comum escutar um Agudá cumprimentar um outro membro com um “Bença”, “Bom dia, como passou ?” e o outro responder “Bem, obrigado” ? ou senão usando palavras como “garfou” para garfo, “càví” para chave e “viù” para vinho (Guran, 2010, p140-141). Pode se encontrar também algumas canções em português cantadas em festas religiosas como funerais, aniversários, casamentos, etc.

Os costumes

Bem que a língua portuguesa não esteja mais presente, a cultura brasileira por outro lado ainda faz parte da cultura Agudá. As famílias Agudás continuam preparando os pratos

brasileiros que seus ancestrais preparavam como a feijoada, o famoso “Kousidou” de legumes e de carne (Cozido), a farofa baiana feita com farinha de mandioca e a “concada” (Cocada) (Guran, 2010, p142-143).

Em relação a questão sobre a religião, ela continua sendo a mesma quando os Retornados chegaram; existem Agudás que são de confissão católica, musulmana ou até que se converteram ao vodun ou ao candomblé. E pode haver também pessoas com a confissão religiosa católica ou musulmana mas que também creem e praticam rituais do vodun como era o caso do Dom Francisco Félix de Souza I que tinha seu próprio “vodun”:

“Parmi les “Brésiliens”, la famille de Souza est très probablement la seule à posséder son propre vodun, créé volontairement pour la protéger. Dagoun, transformation du mot portugais dragão (“dragon”), est un dan, c’est-à-dire un python, un vodun serpent [...] M. Prosper de Souza, tout en soulignant que dom Francisco lui-même était catholique, explique qu’il y avait beaucoup de morts parmi les enfants du premier Chachá, de sorte que ce dernier a été obligé de prendre un vodun, le Dagoun, pour protéger sa progéniture. Depuis, il n’y a plus de morts parmi les enfants de Souza” (Guran, 2010, p219-220).

Uma outra representação dessa mistura de cultura é a presença de templos de vodun ao lado de igrejas e mesquitas.

Até hoje, a comunidade Agudá celebra a festa do Nosso Senhor do Bonfim. Não somente no Benim mas também em outros países da África. Essa festa católica é vista pelos nativos como “a festa brasileira” dos Agudás.

Essa festa era vista pelos Retornados como uma celebração das lembranças do Brasil e do retorno à terra natal: *“Pour ceux qui revenaient, célébrer le Bonfim permettrait de fêter à la fois les souvenirs de Bahia et le retour, puisqu’ils comprenaient le mot Bonfim comme la*

bonne fin de vie en Afrique” (Guran, 2010, p147). Durante a festa do Bonfim que acontece em janeiro, Agudás (católicos e musulmanos) e pessoas de fora da comunidade se reúnem para celebrar a mesma festa. Eles têm por costumes celebrar a festa do Bonfim e da “Bourian”.

A festa do Bonfim começa por um desfile antes da missa da véspera de Bonfim. Ao sons de fanfarra, as pessoas desfilam em direção da igreja carregando a bandeira brasileira, cantando, dançando e alguns fantasiados com roupas e mascáras da Bourian.

Após a missa, eles se reúnem para uma refeição que reúne a comida típica do Benim e a comida brasileira.

Após a refeição, uma maior quantidade de gente se reúne para assistir apresentação da bourian. Conhecida como “burrinha” na Bahia, Gurian explica que a *bourian* é uma festa folclórica humorística com pessoas fantasiadas em animais como o cachorro, o leão, o sapo ou até fantasiados de personagens históricos como Miterrand. Junto com as pessoas fantasiadas em animais tem *Yoyo* ou *Papai Giganta*, ou senão *Yaya* ou *Mamãe Giganta* que representam os senhores e senhoras donos de plantações no Brasil, mas também *Mammywata* a deusa do mar conhecida no Brasil como *Yemanjá* (Guran, 2010, p170).



Figura 10: desfile da "bourian". Fonte: Milton Guran



Figura 11: orquestra da "bourian" para a festa de Nossa Senhora do Bonfim. Fonte: Milton Guran

Durante toda a apresentação tem pessoas tocando instrumentos, pessoas cantando em yoruba, fon ou em português. Essa celebração é a ocasião para as associações que preparam a bourian de recolter dinheiro com as famílias Agudás que doam todos os anos a fim de continuar a tradição mas também de mostrar o poder financeiro das famílias da

comunidade. A festa do Bonfim permite também aos “brasileiros do Benim” de manter suas tradições e de celebrar e mostrar seu orgulho por sua herança e relação com o Brasil. Algumas famílias da comunidade não se consideram Agudá, mas sim brasileira. Por conta de sua riqueza, seu título, seus poderes, e de seu antepassado Dom Francisco Félix I, a família De Souza se considera brasileira e tem muito orgulho da história de sua família e de seus patrimônios culturais (casas, quadros, objetos brasileiros...). Depois de Dom Francisco Félix I, o título de Chachá foi transmitido de geração em geração para os homens da família até o último Chachá da família, Mito Honoré Feliciano Julião de Souza Chachá VIII, que faleceu em 2014. Atualmente, não tem ninguém que carrega o título de Chachá, porém a família De Souza criou em 1995 uma associação chamada **“Union de la Famille de Souza”** para reunir todos os descendentes de Dom Francisco Félix de Souza I espalhados em toda África como no Togo, mas também para reforçar a relação da família com a sociedade da República do Benim e do Togo.

Mesmo se a comunidade Agudá continua sendo muito respeitada pelo resto da população do Benim, que mesmo até hoje, ela ainda tenha um bom nível de vida e que suas tradições continuam a ser aplicadas; no entanto, seu status político e de classe superior não é mais o que era antes.

B. Status atual da comunidade

Quando o governo francês se instalou no Daomé em 1883 para administrar o comércio e parar os conflitos entre os povos nativos, a comunidade Agudá decidiu fazer uma aliança com o governo francês.

Como na comunidade Agudá tinha pessoas que tinham vindo do Brasil, de Portugal, das Antilhas francesas, de Cuba e etc; e que eles sabiam falar as línguas nativas do Benim como o fon e yoruba, a comunidade serviu de intérprete para os administradores franceses e em troca eles queriam ser privilegiados e ter mais facilidade para comprar terras e fazer transações comerciais.

Esta aliança funcionou por alguns anos, porém quando o Benim começou a fazer parte da África Ocidental Francesa em 1899, o francês passou a ser ensinado nas escolas e usado durante as trocas comerciais. Não era mais necessário que os Agudás traduzissem para os franceses (Leclerc, 2017).

O que fazia antes a excepcionalidade dos Agudás eram seus conhecimentos de idiomas europeus, mas também seus conhecimentos artesanais, de agricultura e de costumes europeus como o trabalho de alfaiate, de produção agrícola mas também de boas maneiras como comer com talheres. Mas com ensinamento francês nas escolas, a população nativa teve a possibilidade de ter uma educação e de se aproximar do nível de educação e conhecimentos que os Agudás tinham. O professor Noureini Tiojani Serpos, antigo diretor adjunto da UNESCO, explica que quando a administração francesa enviou buscar as crianças para receberem a educação francesa, não era as crianças nativas que os governadores franceses queriam mas sim os descendentes da elite beninense. Os chefes das elites beninenses (Agudá, príncipes e princesas, etc.) não quiseram enviar seus próprios filhos e enviaram no lugar as crianças nativas, os filhos dos servidores. Ele esclarece que aqueles que não eram para ter recebido uma educação, foram aqueles que mais tarde viraram professores, administradores e médicos (Foka, 2022, Parte 3 [7:05 - 9:25]).

Após isso, não existia mais muitas diferenças entre os Agudás e a população nativa, a não ser o nível financeiro e o status de Agudá.

Após a implementação francesa no Benim, algumas famílias Agudás começaram a mudar seus sobrenomes a fim de se integrar melhor a sociedade beninense que estava em pleno desenvolvimento. Por exemplo, a família Oliveira que mudou seu sobrenome para Olivier.

De pouco em pouco, os membros da comunidade Agudá começaram a ser afastados pela administração francesa das atividades mais lucrativas da economia.

“Cependant, au fur et à mesure que les Français prirent possession du pays, les «Brésiliens» furent écartés des activités économiques les plus rentables. Ce fut d'abord le cas du commerce de gros et peu après du commerce en détail, qui furent placés sous le monopole des sociétés françaises. Les commerçants agoudas les plus importants furent alors mis en banqueroute” (Guran, 2010, p283).

E foi a partir de 1945, após a primeira eleição para eleger os representantes para a Assembléia constitutiva francesa no Daomé e Togo que o declínio dos Agudás começou.

De acordo com Jérôme Carlos, jornalista e diretor da rádio Cap FM, os Agudás perderam sua influência política na sociedade do Benim por conta da derrota de Casimir d'Almeida nas eleições de 1945. O candidato Agudá, Casimir d'Almeida, se candidatou ao cargo de deputado para a assembléia, porém perdeu para o candidato beninense, Sorou Migan Apithy. Essa derrota foi vista pelos Agudás como uma ocasião perdida para participar das questões-chave do governo e da sociedade beninense. Jérôme Carlos diz que isso foi uma maneira para a população nativa de limitar a influência da comunidade Agudá,

(Foka, 2022, parte 3 [2 :35 - 3 :45]). De uma certa forma, a política pôs um fim à era de enriquecimento e de influência dos Agúdas.

Além do mais, a sociedade atual está mais consciente dos impactos que a escravidão teve e as consequências sociais que ela provocou nas vítimas e seus descendentes. Cada vez mais as pessoas querem o reconhecimento da parte das famílias descendentes das pessoas que participaram na escravidão e que se enriqueceram com ela. Por isso, o rei d'Abomey se deslocou, acompanhado da Ministra da Cultura e da Coordenação, até a Martinica em 1998 a fim de pedir perdão aos descendentes dos escravos vítimas do tráfico negreiro no qual o reino d'Abomey teve um papel importante. Esse ato é uma forma para o grupo “responsável” de mostrar que entende e assumi o mal feito de seus ancestrais para que o grupo “vítima” possa “cicatrizsar” das feridas que a escravidão deixou e assim talvez poder “virar uma página” (Foka, 2022, Parte 3 [30:32 – 31:35]).

Porém, a família De Souza, descendente de Dom Franscisco F. de Souza I que teve uma grande participação no tráfico de escravos da história do Benim, não reconhece até hoje essa parte do passado e as consequências que isso provocou na vida das pessoas vítimas.

Quando eles chegaram nas terras do Benim, os Agudás puderam se integrar a sociedade, fazer parte de uma classe superior e desenvolver seus comércios graças aos seus conhecimentos adquiridos no Brasil. Porém, todos os seus status e influências desapareceram com a evolução da sociedade beninense e da população nativa.

Atualmente, a imagem da comunidade Agudá como um povo especial na África está se tornando uma velha lembrança que não faz mas sentido hoje. Á exceção de certos casos, as pessoas nativas em geral não culpam os Agudás pelo envolvimento de seus ancestrais no pior período da história, porém, a participação da comunidade prevalece

ao status da comunidade, o que explica a razão pela qual os Agudás não são tão mais influentes hoje.

C. Os Agudás e o Brasil

Após tanto tempo, que relação tem a comunidade Agudá com a sociedade e o governo brasileiro ?

Ao deixarem o Brasil, os Retornados não deixaram para atrás somente um país onde eles tinham sido levado à força e obrigados à se adaptar. Eles não deixaram somente um país no qual eles nasceram, cresceram e aprenderam tudo que eles sabiam. Eles também deixaram para atrás seus pais, seus avós, tios e tias, primos e primas, irmãos e irmãs, amigos e amigas, etc. Eles deixaram toda uma cultura e meio social.

Muitas famílias Agudás ainda tem parentes no Brasil. Além disso um certo número deles procuraram e até conseguiram entrar em contato com eles.

O livro *Cartas d'África*, publicado em 2010 pelo Ministério de relações exteriores do Brasil e do consulado do Brasil no Benim, mostra todos os lugares onde os antigos escravos se instalaram após deixarem o Brasil, como o Benim, Ghana, Nigéria e mais outros países. Mas também de que forma eles conseguiram se integrar a nova sociedade. Ele reúne igualmente todas as cartas que as famílias Agudás escreveram para seus parentes no Brasil.

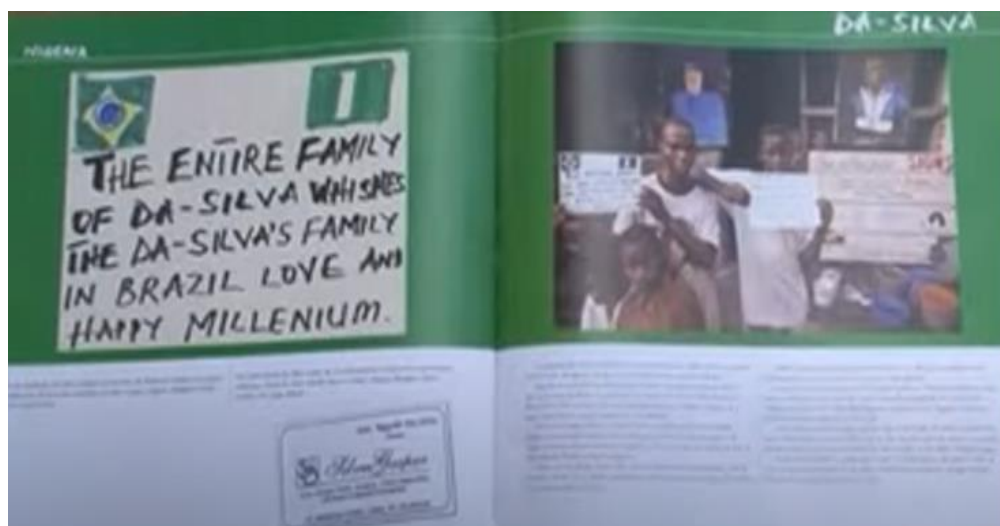


Figura 12: Cartas d'África, imagens da associação Mewi Honto

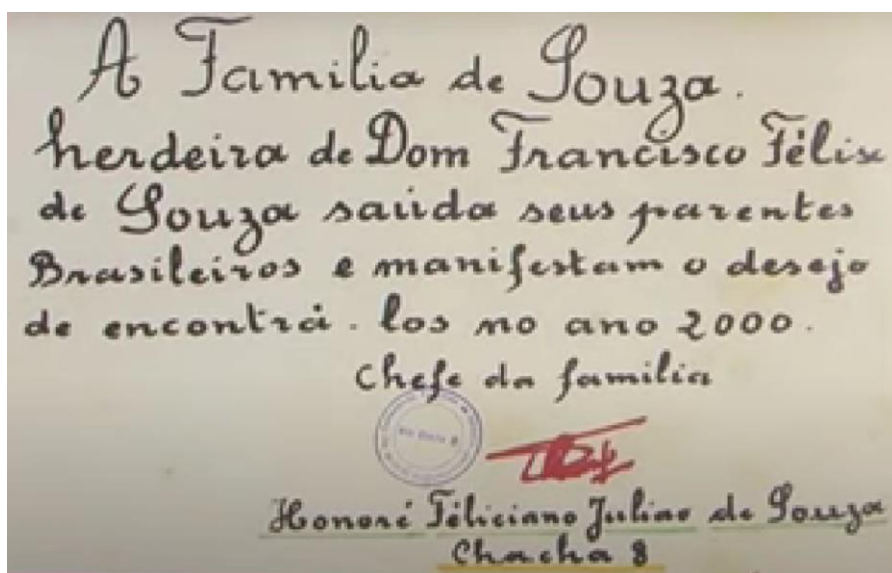


Figura 13: Cartas d'África, imagens da associação Mewi Honto

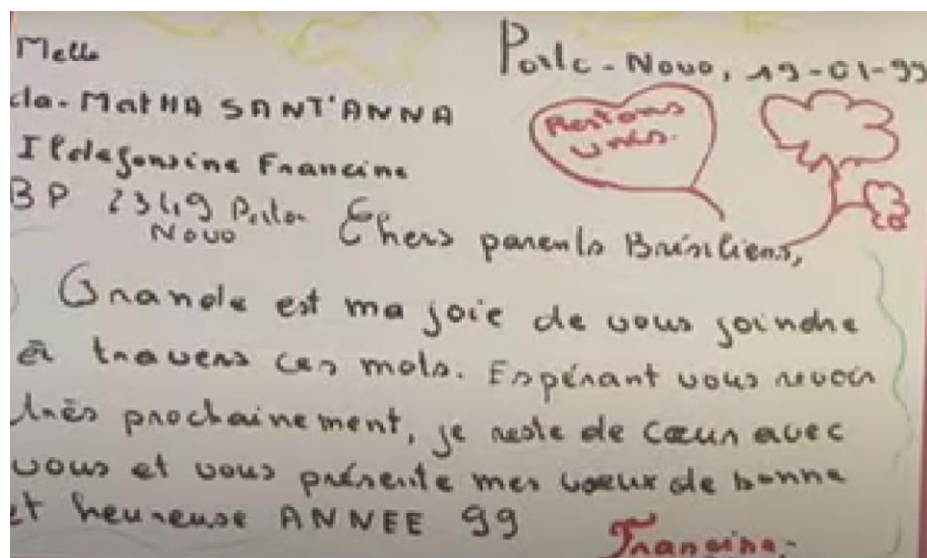


Figura 14: Cartas d'África, imagens da associação Mewi Honto

Outras famílias como a família Amaral decidiram ir ao Brasil para encontrar seus parentes, que após a viagem de seu parente Agudá, decidiram ir visitar o Benim e a comunidade Agudá.

Bem que a maioria da população Agudá no Benim teve um parente distante que veio do brasileiro, eles não consideram “ter uma ligação génética suficiente com o Brasil” para encontrar seus parentes brasileiros ou procurar suas origens no Brasil.

Para lembrar essa relação entre a comunidade e o Brasil, a embaixada do Brasil no Benim, que está sempre em contato com a comunidade Agudá, colocou em relação a agência brasileira Instituto do Patrimônio histórico e artístico nacional do Brasil em colaboração com o Ministério da Cultura do Benim para preparar um inventário dos bens culturais afro-brasileiros no Benim. O Governo do Benim também está considerando recolher bens da herança afro-brasileira e criar um museu, a fim de desenvolver a infraestrutura turística do Benim (Foka, 2022, Parte 3 [36:53 – 37:35]).

Por enquanto, a comunidade Agudá e a sociedade brasileira não tem muito contato.

Porém, a embaixada e a população brasileira está ficando cada vez mais interessada em

criar mais relações com o Benim e todos os outros países que foram colonizados e que tiveram sua população escravizada. A sociedade brasileira também tem muito interesse em descobrir suas origens na África mas também de entender o período de escravidão e o retorno dos Agudás ao continente pois é um sujeito que não é muito discutido e exposto. Mas também, porque ele envolve completamente a população brasileira. Um Censo feito pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** em 2002 mostra que 45% da população brasileira descende de africanos, o que explica a importância desse sujeito para a história cultural do Brasil e para toda a população brasileira.

IV Conclusão

Para concluir, como foi visto, a comunidade Agudá é um pedaço da história do Brasil, mas também de outros países como Cuba, ou de territórios europeus como a Martinica e a Guadalupe, que se encontra na África, e no caso desta dissertação, no Benim.

Os escravos que se foram para o antigo Daomé de força ou de livre escolha para alguns, tiveram a oportunidade de mudar seu status social de escravo desprezado, tratado como objeto e sem nenhuma consideração da parte dos outros, para um indivíduo respeitado, empreendedor, sofisticado e acima de tudo com um status de notoriedade.

Os antigos escravos estavam à presente ao mesmo nível que seus antigos senhores.

Voltar à sua terra de origem foi para os Retornados à oportunidade de encontrar uma parte de sua história que os tinha sido roubado. Não somente o tráfico de escravos era um ato extremamente violento, desumano e mesmo fatal já que existia um processo de capturação e de seleção de escravos. Ele também provocava danos psicológicos para as pessoas que foram arrancadas de sua família, de seu povo, até dos seus filhos durante o processo de seleção e de preparação.

Eles foram forçados à se adaptar à um lugar, à uma cultura e uma sociedade que só os via como mão de obra.

Porém, com o pouco de voz e direitos que eles tinham, eles se ergueram e foram atrás de sua liberdade para praticárem livremente sua religião, para celebrarem suas próprias tradições e para decidir de seu próprio nível de vida.

No Benim, os Agudás puderam criar sua própria identidade, isso começando pelo seus sobrenomes, seu jeito de se vestir, de se alimentar, de dormir, a arquitetura de sua casa mas também em que área trabalhar e com quem desenvolver uma aliança.

Graças à sua colaboração com os chefes nativos locais e com os colonizadores já instalados no Benim, mas também com os franceses que administraram a população beninense, os Agudás foram a ponte de ligação entre os colonizadores e a população nativa. Essa colaboração lhes permitiu de fazer parte de uma categoria social excepcional e única que até permitiu à uma família, a família De Souza, de receber o título de Chachá, aliado do Rei d'Abomey durante muitas gerações e isso até hoje.

Bem que não foi a escolha deles de viverem no Brasil, os Agudás souberam usar suas competências e conhecimentos adquiridos no Brasil para formar sua identidade e seu status político e social no Benim. E isso acabou se tornando para os Retornados e seus descendentes seu maior orgulho.

Sua imagem social será tão bem sucedida, que pessoas nativas sem o mesmo passado histórico irão se associar à eles a fim de também integrar sua comunidade e poder beneficiar dos mesmos privilégios e status que eles.

Porém, com o passar do tempo e com a evolução da sociedade beninense, seu status, hábitos, influência e representação social irá se deteriorar e mudar a identidade Agudá. De fato, atualmente a comunidade Agudá não tem mais as mesmas características que a comunidade Agudá do século XIX. Eles perderam algumas das características que os assimilavam o mais com a sociedade brasileira.

A evolução da população nativa do Benim, da situação política do país e a perda de valor dos conhecimentos que serviam de vantagem para a comunidade Agudá, iram causar o declínio da influência da comunidade afro-brasileira.

Algumas das tradições religiosas estabelecidas no Benim pelos Agudás continuaram à serem festejadas por eles e a população nativa, porém, assim como houve a mistura da

população Agudá com a população nativa, também houve uma mistura de culturas. No que resultou, com o desaparecimento de certos aspectos da cultura brasileira. Mas também, o desaparecimento do sentimento de ligação com a sociedade brasileira por conta do pouco de semelhança e de características comuns entre as duas sociedades.

Acima de tudo, a participação de algumas famílias Agudás no tráfico de escravos de possuir escravos, mas também de ter feito fortuna através da escravidão, acaba criando um sentimento de ressentimento da parte da população nativa. O que pode alterar de forma negativa a imagem dos nativos da Comunidade Agudá e danificar a reputação deles.

Porém, como os Agudás se identificam mais com a cultura nativa beninense que com a cultura brasileira, eles não são mais visto como uma classe diferente ou pessoas estrangeiras, mas sim como iguais.

Para terminar, os Retornados Agudás foram um povo que foi para a África como brasileiros. Seu impacto pode ser observado até hoje na arquitetura, na história e na cultura do país. Entretanto, uma parte de sua herança cultural desapareceu com o tempo e com os eventos da história.

A embaixada brasileira do Benim em colaboração com o Ministério da cultura do Benim e a comunidade Agudá, tem por iniciativa preservar o que resta do período dos Retornados. Assim que a curiosidade de alguns Agudás de descobrirem suas origens no Brasil e a de alguns brasileiros de descobrirem suas origens no Benim. Isso protege a herança afro-brasileira e reforça a relação do Brasil com o Benim e a comunidade Agudá.

Afinal, a história de um país e de um povo pode ter um impacto importante na cultura e na identidade de um grupo específico. E isso nos leva a questionar para uma futura pesquisa: Por que o conhecimento da história dos seus antepassados e das origens, é importante para a construção de uma identidade ?

V Bibliografia:

Livros:

- GURAN Milton, *Du bricolage de la mémoire à la construction de l'identité sociale. Les Agoudas du Bénin*, n°58, Rue Descartes, 04/2007.
- GURAN Milton, *Agoudas : « Les Brésiliens du Brésil »*, Clamecy : La Dispute, 03/2010.
- VERGER Paul, *Flux et reflux de la traite des nègres entre le Golfe de Bénin et Bahia de Todos os Santos du XVIIe au XIXe siècle*, De Gruyter Mouton, 1968, p.600.

Revistas:

- GURAN Milton, *Le reflux de la traite négrière : les agoudas du Bénin*, *Gradhiva* : Revue d'anthropologie et d'histoire des arts, Musée du quai Branly Jacques Chirac, p.87-95, 11/2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/gradhiva/pdf/118>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.
- LEMPEREUR Samuel, DE ATHAYDE João, *Esclavage, créolisation et constitution des identités en Afrique de l'Ouest : le cas des Agudàs du Bénin*, n°68, *Civilisations* : Revue internationale d'anthropologie et de sciences humaines, p.47-71, 12/2019. Disponível em : < <https://www.cairn.info/revue-civilisations-2019-1-page-47.htm>>. Acesso em : 02 de maio de 2023.
- GOUSSANOU Rossila, *Visites touristiques et détournements du passé sur la Route de l'esclave à Ouidah*, n°50, *Ethnologie française* : Presses Universitaires de France, p.66, 01/2020. Disponível em : <<https://www-cairn-info.faraway.parisnanterre.fr/revue-ethnologie-francaise-2020-1-page-65.htm>>. Acesso em: 30 de abril de 2023

Sites:

- BARELLA, José E, “O Brasil ficou 350 anos viciado na escravidão porque todos os ciclos econômicos foram construídos com mão de obra escrava”, diz o jornalista e

- escritor Laurentino Gomes. Disponível em: <<https://agendabonifacio.com.br/entrevistas/o-brasil-ficou-350-anos-viciado-na-escravidao-porque-todos-os-ciclos-economicos-foram-construidos-com-mao-de-obra-escrava-diz-o-jornalista-e-escritor-laurentino-gomes/>>. Acesso no 22 de março de 2023.
- CARVALHO André, *Os impactos Sociais da Lei Áurea*. Disponível em: <<https://www.cms.ba.gov.br/intranet/artigo/5>>. Acesso no 23 de março de 2023.
 - *Censo de 1872 registrou 1,5 milhão de escravos no Brasil*. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/censo-de-1872-registrou-15-milhao-de-escravos-no-brasil/>>.
 - Consulat du Bénin de Bordeaux, *Histoire de Dahomey et du Bénin*. Disponível em: <<http://www.consulatdubenin.fr/le-benin/histoire-de-dahomey-et-du-benin/>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.
 - GARAEIS Vítor H, *A História da Escravidão Negra no Brasil*. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/historia-da-escravidao-negra-brasil/>>. Acesso em: 17 de março de 2023.
 - *La famille De Souza*. Disponível em: <<http://acervoaguda.com.br/fr/conjuntos-tematicos/la-famille-de-souza>>. Acesso em: 30 de abril de 2023
 - LECLERC Jacques, *Bénin*. Disponível em: <<https://www.axl.cefan.ulaval.ca/afrique/benin.htm>>. Acesso em: 01 de maio de 2023.
 - MACHADO RAMOS Jeferson E, *Escravidão Indígena no Brasil Colonial*. Disponível em: <https://www.suapesquisa.com/historiadobrasil/escravidao_indigena.htm>. Acesso em: 17 de março de 2023.
 - MARINGONI Gilberto, *A superação dos obstáculos para a industrialização*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2827:catid=28&Itemid=23>. Acesso no 23 de março de 2023.
 - NEVES SILVA Daniel, *Como ficou a vida dos ex-escravos após a Lei Áurea ?*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/como-ficou-vida-dos-ex-escravos-apos-lei-aurea.htm>>.
 - NEVES SILVA Daniel, *Descobrimento do Brasil*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/descobrimetobrasil.htm>>. Acesso no 16 de março de 2023.

- NEVES SILVA Daniel, *Escravidão no Brasil*, Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.htm>>. Acesso no 22 de março de 2023.
- NEVES SILVA Daniel, *Tráfico negreiro*. Disponível em: <<https://escolakids.uol.com.br/historia/trafico-negreiro.htm>>. Acesso no 22 de março de 2023.
- TENÓRIO Sayid M, *Malês : a revolta que ousou pôr fim a escravidão e conquistar a liberdade*. Disponível em: <<https://www.vermelho.org.br/coluna/males-a-revolta-que-ousou-por-fim-a-escravidao-e-conquistar-a-liberdade/>>. Acesso no 23/03/23.
- *45% dos Brasileiros Descendem de Africanos*. Disponível em: <<https://www.construirnoticias.com.br/45-dos-brasileiros-descendem-de-africanos/>>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

Vídeos / documentários:

- FOKA Alain, *Les Agoudas*, 2022, parties 1, 2 & 3 ;
<https://www.youtube.com/watch?v=zEgonPGyLcI>
<https://www.youtube.com/watch?v=HffL2LeMp8I>
<https://www.youtube.com/watch?v=62A-UfBNAT4&t=30s>
- Mewi-Honto, *Les Agouda ou Afro-descendants brésiliens - Bénin*, Mon patrimoine ma richesse, 10/2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EKNaS0FIQU>>. Acesso em: 30 de abril de 2023.